

L      E      I      Nº 1.248/75

Data: 08 de dezembro de 1975.

Súmula: Aprova Novo Código Tributário do Município, em substituição à Lei nº 612/66 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L      E      I

PARTE GERAL

TÍTULO I  
DOS TRIBUTOS EM GERAL

CAPÍTULO I  
DO SISTEMA TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO

Artigo 1º - Este Código dispõe sobre os fatos geradores, a incidência, as alíquotas, o lançamento, a cobrança e a fiscalização dos tributos municipais, e estabelece normas de direito fiscal a eles pertinente.

Artigo 2º - Integram o sistema tributário do Município:

I – Os impostos:

- A) Sobre a propriedade territorial urbana;
- B) Sobre a propriedade predial urbana;
- C) Sobre serviços de qualquer natureza.

II – As taxas:

- A) Decorrentes das atividades do Poder de polícia do Município;
- B) Decorrentes de atos relativos à utilização efetiva ou potencial de serviços públicos municipais específicos e divisíveis.

III – A contribuição de melhoria.

CAPÍTULO II

## DA LEGISLAÇÃO FISCAL

Artigo 3º - Nenhum tributo será exigido ou alterado, nem qualquer pessoa considerada como contribuinte ou responsável pelo cumprimento de obrigação tributária, senão em virtude deste Código ou Lei subsequente.

Artigo 4º - A Lei fiscal entra em vigor na data de sua publicação salvo as disposições que aumentarem tributos que incidam sobre a propriedade predial e territorial urbana, as quais entrarão em vigor a 1º de janeiro do ano seguinte.

### CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL

Artigo 5º - Todas as funções referentes a cadastramento, lançamento, cobrança, recolhimento e fiscalização de tributos municipais, aplicação de sanções por infração de disposição, deste Código, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas pelos órgãos fazendários e repartições a eles subordinadas, segundo as atribuições constantes da Lei de organização dos serviços administrativos e do respectivo regimento.

Artigo 6º - Os órgãos fazendários farão imprimir e distribuir, sempre que necessário, modelos de declarações e de documentos que devem ser preenchidos obrigatoriamente pelos contribuintes, para efeito de fiscalização, lançamento, cobrança e recolhimento de impostos, taxas e contribuição de melhoria.

### CAPÍTULO IV DO DOMICÍLIO FISCAL

Artigo 7º - Considera-se domicílio fiscal do contribuinte ou responsável por obrigação tributária, o local onde reside, se o contribuinte for pessoa física, e o local onde exerce suas atividades, se a pessoa jurídica.

Artigo 8º - O domicílio fiscal será consignado nas petições, guias e outros documentos que os obrigados dirijam ou devam apresentar à Fazenda Municipal.

Parágrafo Único - Os inscritos como contribuintes habituais comunicarão todas mudanças do domicílio, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ocorrência.

## CAPÍTULO V DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS ACESSÓRIAS

Artigo 9º - Os contribuintes, os quaisquer responsáveis por tributos, facilitarão, por todos os meios a seu alcance, o lançamento, a fiscalização e a cobrança dos tributos devidos à Fazenda Municipal, ficando especialmente obrigados a:

- I – Apresentar declarações, guias, documentos, livros e outros papeis que se refiram a fatos geradores de obrigações tributárias, segundo as normas deste Código;
- II – Comunicar à Fazenda Municipal, dentro de 15 (quinze) dias, contados a partir de ocorrência, qualquer alteração capaz de gerar, modificar, ou extinguir obrigações tributárias.

Parágrafo Único – Mesmo no caso de isenção ficam os beneficiários sujeitos ao cumprimento do disposto neste artigo.

Artigo 10 – As informações obtidas por força deste artigo tem caráter sigiloso e só poderão ser utilizadas em defesa dos interesses fiscais da União, do Estado e deste Município e, ainda, dos contribuintes para os fins referidos no artigo.

Artigo 11 – Constitui falta grave, punível nos termos do Estatuto dos Funcionários Municipais, a divulgação de informações obtidas no exame de contas ou documentos exigidos.

Artigo 12 – Lançamento é o procedimento privativo da autoridade administrativa municipal, destinado a constituir o crédito tributário mediante a verificação da ocorrência da obrigação tributária, correspondente, a determinação da matéria tributável, o cálculo do montante do tributo devido, a identificação do contribuinte, e, sendo o caso a aplicação da penalidade cabível.

Artigo 13 - O ato lançamento é vinculado e obrigatório, sob pena de responsabilidade funcional, ressalvadas as hipóteses de exclusão ou suspensão do crédito tributário, previsto neste Código.

Artigo 14 – O lançamento reporta-se à data em que haja surgido a obrigação tributária principal e rege-se pela Lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

Artigo 15 – Os atos normais relativos ao lançamento dos tributos ficarão a cargo do órgão financeiro competente.

Parágrafo Único – A omissão ou erro lançamento não exime o contribuinte do cumprimento da obrigação fiscal, nem de qualquer modo lhe aproveita.

Artigo 16 – O lançamento efetuar-se-á com base nos dados constantes do Cadastro Fiscal e nas declarações apresentadas, pelos contribuintes, na forma e nas épocas estabelecidas neste Código e em regulamento.

Artigo 17 – Far-se-á o lançamento de ofício, com base nos elementos disponíveis:

I – Quando o contribuinte ou responsável não houver prestado declaração, ou a mesma apresentar-se inexata, por serem falsos ou errôneos os fatos consignados.

II – Quando, tendo prestado declaração, o contribuinte ou responsável deixar de atender, satisfatoriamente, no prazo e na forma legal, pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa.

Artigo 18 – Com a finalidade de obter elementos que lhes permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuinte e responsáveis, e de determinar, com precisão, a natureza e o montante dos créditos tributários, a Fazenda Municipal poderá:

I – Exigir a qualquer tempo, a exibição de livros, documentos e comprovantes de atos que possam constituir fato gerador de obrigação tributária, fazer verificações “in loco”;

II – Requisitar, mediante exposição fundamentada, o auxílio de força pública, que será concedida em despacho igualmente fundamentado da autoridade policial ou requerer ordem judicial, quando indispensável à realização de diligências, inclusive inspeções necessárias ao registro dos locais e estabelecimentos, assim como dos objetos e livros dos contribuintes e responsáveis.

Artigo 19 – O lançamento será comunicado aos contribuintes, mediante notificação direta, contra recibo de entrega, feita por meio de aviso para servir como guia de pagamento e, quando não for localizado o contribuinte, sê-lo-á por meio de edital afixado na Prefeitura e publicado em jornal local.

Artigo 20 – Far-se-á revisão do lançamento sempre que se verificar erro na fixação da base tributária, ainda que os elementos indutivos dessa fixação hajam apurados diretamente pelo fisco.

Artigo 21 – Os lançamentos efetuados de ofício ou decorrentes de arbitramento, só poderão ser revistos em face da superveniência de prova irrecusável que modifique a base de cálculo utilizada anterior.

Artigo 22 – É facultado aos prepostos da fiscalização o arbitramento de bases tributárias quando ocorrer sonegação, cujo montante se possa conhecer exatamente.

Artigo 23 – O Município poderá instituir livros e registros obrigatórios de tributos municipais, a fim de apurar os seus fatos geradores e base de cálculo, exceto em regulação ao Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias.

Artigo 24 – Independente do controle que trata o artigo anterior, poderá ser adotada a apuração ou verificação diária no próprio local de atividade, durante determinado período, quando houver dívida na exatidão do que declarado para efeito dos impostos de competência do Município.

## CAPÍTULO VII DA COBRANÇA E DO RECOLHIMENTO DOS IMPOSTOS

Artigo 25 – A cobrança dos tributos far-se-á:

- I – Para pagamento à boca do cofre;
- II – Por procedimento amigável;
- III – Mediante execução judicial.

§ 1º - A cobrança para pagamento à boca do cofre far-se-á pela forma e nos prazos estabelecidos neste Código e nos regulamentos fiscais. O pagamento dos impostos imobiliários, quando feitos integralmente, até o vencimento da primeira parcela ou prestação gozarão do desconto de 10% (dez por cento) calculado sobre o imposto principal.

§ 2º - Expirado o prazo para pagamento à boca do cofre, ficam os contribuintes sujeitos à multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o montante devido, e mais os juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano contados por mês, ou fração, até a data do pagamento final.

§ 3º - Aos créditos fiscais do Município aplicam-se as normas de correção monetária de tributos e penalidades devidos ao Fisco Municipal, nos termos da Lei Federal nº 4.357 de 16 de julho de 1964.

Artigo 26 – Nenhum recolhimento de tributos será efetuado sem que se expeça a competente guia ou conhecimento.

Artigo 27 – O Executivo poderá contratar com estabelecimentos de crédito com sede, agência ou escritório no Município, o recebimento de tributos, segundo as normas especiais baixadas para esse fim.

## CAPÍTULO VIII DA RESTITUIÇÃO

Artigo 28 – O contribuinte tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade de seu pagamento, nos seguintes casos:

I – Cobrança ou pagamento espontâneo de tributo ou maior que o devido em face deste Código, ou da natureza ou das circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II – Erro de identificação do contribuinte, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do tributo, ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III – Reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

Artigo 29 – O Direito de pleitear a restituição do imposto, taxas, contribuição de melhoria ou multa, extingue-se com o decurso do prazo de seis meses, quando o pedido se baseie em simples erro de cálculo, ou de três anos nos demais casos, contados:

I – Nas hipóteses prevista nos números I e II do artigo número 28 da data da extinção do crédito tributário;

II – Na hipótese prevista no número III, do artigo 28, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou transitar em julgado a decisão judicial que tinha reformado, anulado, revogado, ou rescindido a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado, ou rescindido a decisão condenatória.

Artigo 30 – Quando se tratar de tributos e multas indevidamente arrecadadas, por motivo de erro cometido pelo fisco, ou pelo contribuinte, regularmente apurado, a restituição será feita de ofício mediante determinação da autoridade competente em representação formulada pelo órgão fazendário e devidamente processada.

Artigo 31 – O pedido de restituição será indeferido se o requerente criar qualquer obstáculo ao exame de sua escrita ou de documentos, quando isso se torne necessário à verificação da procedência da medida, a juízo da administração.

Artigo 32 – Os processos de restituição serão obrigatoriamente informados, antes de receberem despacho pela repartição que houver arrecadado os tributos e as multas reclamadas total ou parcialmente.

## CAPÍTULO IX DA PRESTAÇÃO

Artigo 33 – O Direito de proceder ao lançamento de tributos, assim como à sua revisão, decai em 5 (cinco) anos, a contar do último ano em que tornarem devidos

Parágrafo Único – O decurso do prazo estabelecido neste artigo interrompe-se pela notificação ao contribuinte de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento ou à sua revisão, começando de novo a correr da data em que se operou a notificação.

Artigo 34 – As dívidas provenientes de tributos definidos como ônus real, prescrevem em 5 (cinco) anos, a contar do término do exercício dentro do qual se tornaram devidas, e as demais em 3 (três) anos.

Parágrafo Único – A decadência do direito de proceder ao lançamento de tributos e a prescrição das dívidas em razão da referida decadência, não obstam o lançamento e o pagamento à requerimento do contribuinte.

Artigo 35 – Interrompe-se a prescrição de dívida fiscal:

- I – Por qualquer intimação ou notificação escrita feita ao contribuinte, com seu ciente no original, do qual lhe será dada a cópia, por repartição ou funcionário fiscal, para a dívida;
- II – Pela concessão de prazos especiais para esse fim;
- III – Pelo despacho que ordenou a citação judicial do responsável para efetuar o pagamento;

IV – Pela apresentação de documento comprobatório da dívida, em juízo de inventário ou concurso de credores.

Artigo 36 – Cessa em 5 (cinco) anos o poder de aplicar ou cobrar multas por infração a este Código, exceto nos casos de quantia inferior a um décimo da Unidade Padrão Fiscal, em que o prazo será de 2 (dois) anos.

## CAPÍTULO X DAS IMUNIDADES E ISENÇÕES

Artigo 37 – Os impostos Municipais não incidem sobre:  
(Emenda Constitucional nº 1/69).

I – O patrimônio, a renda ou os serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios;

II – Templos de qualquer culto;

III – O patrimônio, a renda ou os serviços de partidos políticos e de instituições de educação ou de assistência social, observados os requisitos fixados em lei complementar;

IV – O livro, o jornal e os periódicos, assim como o papel destinado a sua impressão;

V – O tráfego intermunicipal de qualquer natureza, quando representarem limitações ao mesmo.

§ 1º - O disposto no item I deste artigo é extensivo às autarquias, no que se referem ao patrimônio à renda e seus serviços vinculados às duas finalidades essenciais ou delas decorrentes mas não se estende aos serviços públicos concedidos nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar impostos que incidir sobre imóvel objeto de promessa de compra e venda.

§ 2º - O disposto neste artigo é extensivo aos serviços públicos concedidos pela União, quando a isenção geral for por ela instituída, por meio de lei especial, tendo em vista o interesse comum.

§ 3º - A imunidade tributária de bens imóveis dos templos se restringe àqueles destinados ao exercício do culto.

§ 4º - As instituições de educação e assistência social somente gozarão da imunidade mencionada no parágrafo 3º deste artigo, quando se tratar de sociedades civis, legalmente constituídas e sem fins lucrativos.



Artigo 38 – São isentas de impostos municipais as atividades individuais de pequeno rendimento, destinadas, exclusivamente, ao sustento de quem as exerce ou de sua família e como tais definidas em regulamento.

Artigo 39 – A concessão de isenção apóia-se sempre em fortes razões de ordem pública ou de interesse do Município, não poderá ter caráter pessoal e dependerá de Lei aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara de Vereadores.

§ 1º - Entende-se como favor pessoal não permitido, a concessão, em Lei, de isenção de tributos e determinada pessoa física ou jurídica.

§ 2º - O disposto neste artigo é extensivo aos serviços públicos concedidos pela União, quando a isenção geral for por ela instituída, por meio de Lei Especial, tendo em vista o interesse comum.

§ 3º - A imunidade tributária de bens imóveis dos templos se restringe àqueles destinados ao exercício do culto.

§ 4º - As instituições de educação e assistência social somente gozarão da imunidade mencionada no parágrafo 3º deste artigo, quando se tratar de sociedade civis, legalmente constituídas e sem fins lucrativos.

Artigo 38 – São isentas de impostos municipais as atividades individuais de pequeno rendimento, destinadas, exclusivamente, ao sustento de quem as exerce ou de sua família e como tais definidas em regulamento.

Artigo 39 – A concessão de isenção apóia-se sempre em fortes razões de ordem pública ou de interesse do Município, não poderá ter caráter pessoal e dependerá de Lei aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara de Vereadores.

§ 1º - Entende-se como favor pessoal não permitido, a concessão, em lei, de isenção de tributos e determinada pessoa física ou jurídica.

§ 2º - As isenções estão condicionadas à renovação anual e serão reconhecidas por ato do Prefeito, sempre a requerimento do interessado.

Artigo 40 – Verificada, a qualquer tempo, a inobservância das formalidades exigidas para a concessão, ou o desaparecimento das condições que a motivaram, será a isenção obrigatoriamente cancelada.

Artigo 41 – As imunidades e isenções não abrangem as taxas e a contribuição de melhoria, salvo as exceções expressamente estabelecidas neste Código.

## CAPÍTULO XI DA DÍVIDA ATIVA

Artigo 42 – Constitui dívida ativa do Município a proveniente de impostos, taxas, contribuição de melhoria e multas de qualquer natureza regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento pela lei ou por decisão final proferido em processo regular.

Artigo 43 – Para todos os efeitos legais considera-se como inscrita a dívida registrada em livros especiais na repartição administrativa competente da Prefeitura.

Parágrafo Único – A prefeitura poderá adotar o sistema de registro mecanizado devendo neste caso as folhas serem numeradas e autenticadas por Chefe da Seção da Dívida Ativa e a autoridade de Fazenda que lhe for superior.

Artigo 44 – Encerado o exercício financeiro, a repartição competente providenciará, imediatamente, a inscrição dos débitos fiscais por contribuinte.

§ 1º - Independentemente, porém, de término do exercício financeiro, os débitos fiscais não pagos em tempo hábil poderão ser inscritos no livro próprio da dívida Ativa Municipal.

§ 2º - Os débitos ao serem inscritos em Dívida Ativa serão acrescidos da multa de 20% (vinte por cento), sem prejuízo de outras penalidades pecuniárias previstas nesta Lei.

Artigo 45 – O termo de inscrição da Dívida Ativa, autenticando pela autoridade competente, indicará, obrigatoriamente:

I - O nome do devedor e, sendo o caso, os dos responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou residência de um ou outro;

II - A origem e a natureza do crédito fiscal, mencionando a Lei Tributária respectiva;

III - A quantia devida e a maneira de calcular os juros da mora acrescentados;

IV - A data em que foi inscrita;

V - O número do processo administrativo de que originou o Crédito Fiscal, sendo o caso.

Parágrafo Único - A certidão, devidamente autenticada, conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha de inscrição.

Artigo 46 - Ressalvados os casos de autorização legislativa, não se efetuará o recebimento de débitos fiscais inscritos na Dívida Ativa com dispensa da multa, dos juros de mora e da correção monetária.

Parágrafo Único - Verificada, a qualquer tempo, a inobservância do disposto neste artigo, é o funcionário responsável obrigado, além de pena disciplinar a que estiver sujeito a recolher aos cofres do Município, valor da multa, dos juros de mora e da correção monetária que houver dispensado.

Artigo 47 - O disposto no artigo anterior se aplica, também, ao servidor que reduzir graciosamente, ilegal ou irregularmente, o montante de qualquer débito fiscal inscrito na Dívida Ativa, com ou sem autorização superior.

Artigo 48 - É solidariamente responsável, com o servidor, quanto à reposição das quantias relativas à redução, à multa e aos juros de mora, à correção monetária mencionados nos dois artigos anteriores, a autoridade superior que autorizar ou determinar aquelas concessões, salvo se o fizer em cumprimento do mandado judicial.

Artigo 49 - Encaminha a certidão da dívida ativa para a cobrança executiva, cessará a competência do órgão fazendário, para agir ou decidir quanto a ela, cumprindo-lhe, entretanto, prestar as informações solicitadas pelo órgão encarregado da execução e pelas autoridades judiciárias.

## CAPÍTULO XII DAS PENALIDADES

## SEÇÃO 1ª

### DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 50 – Sem prejuízo das disposições relativas à infração e penas constantes de outras leis e Códigos Municipais, as infrações a este Código serão punidas com as seguintes penas:

- I – Multa;
- II – Proibição de transacionar com as repartições municipais;
- III – Sujeição a regime especial de fiscalização
- IV – Suspensão ou cancelamento de isenção de tributos.

Artigo 51 – A omissão do pagamento de tributo e a fraude fiscal serão apurados mediante representação, notificação

§ 1º - Dar-se-á comprovada a fraude fiscal quando contribuinte não dispuser de elementos convincentes em razão dos quais se possa admitir involuntária a omissão do pagamento.

§ 2º - Em qualquer caso, considerar-se-á como fraude a reincidência na omissão de que trata este artigo.

§ 3º - Conceitua-se também como fraude o não pagamento de tributo, quando o contribuinte o deva recolher a seu próprio requerimento, formulado este antes de qualquer diligência fiscal e desde que a negligência perdure após decorridos 8 (oito) dias contados da data de entrada desse requerimento na repartição arrecadadora competente.

Artigo 52 – Apurada a responsabilidade de diversas pessoas, não vinculadas por co-autoria ou cumplicidade, impor-se-á a cada uma delas a pena relativa à infração que houver cometido.

Artigo 53 – A sanção às infrações das normas estabelecidas neste Código será no caso de reincidência, agravada de 30% (trinta por cento).

Parágrafo Único – Considerar-se-á reincidência a repetição de infração de um mesmo dispositivo pela mesma pessoa física ou jurídica depois de transitada em julgado, administrativamente, a decisão condenatória referente à infração anterior.

Artigo 54 – A aplicação de multa não prejudica a ação criminal que, no caso, couber.

## SEÇÃO 2ª DAS MULTAS

Artigo 55 – As multas serão impostas em grau mínimo, médio ou máximo.

Parágrafo Único – Na imposição da multa, e para graduá-la, ter-se-á em vista:

- A) A maior ou menor gravidade da infração;
- B) As suas circunstâncias atenuantes ou agravantes;
- C) Os antecedentes do infrator, com relação às disposições deste Código e de outras Leis e regulamentos municipais.

Artigo 56 – É possível de multa de 2 (dois) décimos da Unidade Padrão Fiscal a 5 (cinco) vezes o valor desta, o contribuinte ou responsável que:

- I – Iniciar ou praticar ato sujeito à taxa de licença antes da concessão desta;
- II – Deixar de fazer a inscrição, no Cadastro Fiscal da Prefeitura, de seus bens ou atividades sujeitos à tributação municipal, com omissões ou dados invertidos.
- III – Apresentar ficha de inscrição cadastral, livros, documentos ou declarações relativas aos bens e atividades sujeitos à tributação municipal;
- IV – Deixar de comunicar, dentro dos prazos previstos, as alterações ou baixas que impliquem em modificação ou extinção de fatos anteriormente gravados;
- V – Deixar de apresentar, dentro dos respectivos prazos, os elementos básicos à identificação ou base de cálculo dos tributos municipais;
- VI – Deixar de remeter à Prefeitura, em sendo obrigado a fazê-lo, documento exigido por lei ou regulamento fiscal;
- VII – Negar-se exibir livros e documentos da escrita fiscal que interessar à fiscalização.

Artigo 57 – É passível de multa de 1 (um) vigésimo da Unidade Padrão Fiscal a 2 (duas) vezes o valor desta, o contribuinte ou responsável que:

- I – Apresentar ficha de inscrição do prazo legal ou regulamentar;
- II – Negar-se a prestar informações ou, por qualquer outro modo, tentar embarcar, iludir, dificultar ou impedir a ação dos agentes do fisco dos interesses da Fazenda Municipal;
- III – Deixar de cumprir, qualquer outra obrigação acessória estabelecida neste Código ou em regulamento à ele referente.

Artigo 58 – Ressalvadas as hipóteses do artigo nº 46 deste Código, serão punidos com:

I – Multa de importância igual ao valor do tributo, nunca inferior, porém, a 2 (dois) décimos da Unidade Padrão Fiscal, os que cometerem infração capaz de iludir o pagamento do tributo, no todo ou em parte, uma vez regularmente apurada a falta e se não ficar provada a existência de artifício doloso ou intuito de fraude;

II – Multa de importância igual a 1 (uma) vez o valor do tributo, mas nunca inferior a 3 (três) décimos da Unidade Padrão Fiscal;

III – Multa de 2 (duas) Unidade Padrão Fiscal;

A) os que viciarem ou falsificarem documentos ou escrituração de seus livros fiscais e comerciais, para iludir a fiscalização ou fugir ao pagamento do tributo;

B) Aos que instruírem pedidos de isenção ou redução de imposto, taxa ou contribuição de melhoria, com documento falso ou que contenha falsidade.

§ 1º - As penalidades a que se refere o número III serão aplicadas nas hipóteses em que não se puder efetuar o cálculo, pela forma dos números I e II.

§ 2º - Considerar-se-á a consumada a fraude fiscal, nos casos do número III, mesmo antes de vencidos os prazos de cumprimentos das obrigações tributárias.

§ 3º - Salvo prova em contrário, presume-se o dolo em qualquer das seguintes circunstâncias ou em outras análogas;

A) Contradição evidente entre os livros e documentação da escrita fiscal e os elementos das declarações e guias apresentadas às repartições municipais;

B) Manifesto desacordo entre os preceitos legais e regulamentares no tocante às obrigações tributárias, e sua aplicação por parte do contribuinte ou responsável;

C) Remessa de informes e comunicações falsas ao fisco com respeito aos fatos geradores e à base de cálculo de obrigações tributárias.

D) Omissão de lançamentos nos livros, fichas, declarações ou guias, de bens e atividades que constituam fatos geradores de obrigações tributárias.

### SEÇÃO 3ª

DA PROIBIÇÃO DE TRANSACIONAR COM AS REPARTIÇÕES MUNICIPAIS.

Artigo 59 – Os contribuintes que estiverem em débito de tributos e multas não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de concorrência, coleta ou tomada de preços celebrar contratos ou termos de qualquer título com a administração do Município.

Artigo 60 – A efetivação de despacho decidindo sobre matéria de interesse das partes, definidas em Lei, Decreto ou Regulamento Municipal, ficarão sempre subordinados ao pagamento de que deva o interessado à Fazenda Municipal.

§ 1º - Não se compreende as exigências deste artigo, quando haja penhora de bens feita ao devedor.

§ 2º - Não se compreende ainda, esta exigência, quando, se tratar de petições de funcionários, sobre matéria funcional.

#### SEÇÃO 4ª

##### DA SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO DE ISENÇÕES

Artigo 61 – Todas as pessoas físicas ou jurídicas que gozarem de isenção de tributos municipais e infringirem disposições deste Código, ficarão privados, por um exercício da concessão e, no caso de reincidência, dela privadas definitivamente.

§ 1º - A pena de privação definitiva da isenção só se declarará nas condições previstas no parágrafo único do artigo nº 53 deste Código.

§ 2º - As penas previstas neste artigo serão aplicadas em face da representação nesse sentido, devidamente comprovada, feita em processo próprio, depois de aberta defesa ao interessado nos prazos legais.

#### SEÇÃO 5ª

##### DAS PENALIDADES FUNCIONAIS

Artigo 62 – Serão punidos com multa equivalente a 5 (cinco) dias do respectivo vencimento ou remuneração:

I – os funcionários que se negarem a prestar assistência ao contribuinte, quando por este solicitada.

II – os agentes fiscais que, por negligência ou má fé lavrarem autos sem obediência aos requisitos legais, de forma a lhes acarretar nulidade.

Artigo 63 – As multas serão impostas pelo Prefeito, mediante representação da autoridade fazendária a competente, se de outro modo não dispuser o Estatuto dos Funcionários Municipais.

## TÍTULO II DO PROCESSO FISCAL

### CAPÍTULO I DAS MEDIDAS PRELIMINARES E INCIDENTES

#### SEÇÃO 1ª DOS TERMOS DE FISCALIZAÇÃO

Artigo 64 – A autoridade ou o funcionário fiscal que presidir ou proceder a exames e diligências, fará ou lavrará, sob sua assinatura, termo circunstanciado, do que apurar, do qual constará além do mais que possa interessar as datas iniciais e finais do período fiscalizado e a relação dos livros e documentos examinados.

§ 1º - O termo será lavrado no estabelecimento ou local onde se verificar a fiscalização ou a constatação da infração, ainda que não resida o fiscalizado ou infrator e poderá ser datilografado ou impresso em relação às palavras rituais, devendo os claros ser preenchidos a mão e inutilizadas as entrelinhas em branco.

§ 2º - Ao fiscalizado ou infrator dar-se-á cópia do termo, autenticada, pela autoridade, contra recibo do original.

§ 3º - A recusa do recibo, que será declarada pela autoridade não aproveita ao fiscalizado ou infrator, nem o prejudica.

§ 4º - Os dispositivos do parágrafo anterior são aplicáveis extensivamente, aos fiscalizados e infratores, analfabetos ou impossibilitados de assinar o documento de fiscalização ou infração, mediante declaração da autoridade fiscal ressalvadas as hipóteses dos incapazes definidos em lei civil.

#### SEÇÃO 2ª DA APRESENSÃO DE BENS E DOCUMENTOS.

Artigo 65 – Poderão ser apreendidos as coisas móveis, inclusive mercadorias e documentos, existentes em estabelecimento



comercial ou de terceiros, ou em outros lugares ou em trânsito, que constituam prova de infração tributária, estabelecida neste Código em Lei ou Regulamento.

Artigo 66 – Da apreensão lavrar-se-á auto, com os elementos do auto de infração, observando-se, no que couber, o disposto no artigo 64 deste Código.

Parágrafo Único - O auto de apreensão conterá a descrição das coisas ou dos documentos apreendidos, a indicação do lugar onde ficarem depositados e a assinatura do depositário, o qual será designado pelo atuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se for idôneo, a juízo do atuante.

Artigo 67 – Os documentos apreendidos poderão, a requerimento do atuado, ser-lhe devolvidos, ficando no processo cópia do inteiro teor da parte que deva fazer prova, caso o original não seja indispensável a esse fim.

Artigo 68 – As coisas apreendidas serão restituídas, a requerimento mediante depósito das quantias exigíveis, cujas importâncias serão arbitradas pela autoridade competente, ficando retidos, até decisão final, os espécimes necessários à prova.

Parágrafo Único – Em relação à matéria deste artigo, aplica-se no que couber, o disposto nos artigos 55 a 58 deste Código.

Artigo 69 – Se o atuado não provar o preenchimento das exigências legais para liberação dos bens apreendidos, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da apreensão, serão os bens levados a hasta pública ou leilão.

§ 1º - Quando a apreensão recair em bens de fácil deterioração a hasta pública ou leilão poderá realizar-se a partir do próprio dia da apreensão.

§ 2º - Apurando-se, na venda, importância superior ao tributo e à multa devidos, será o atuado notificado, no prazo de 5 (cinco) dias, para receber o excedente se não houver comparecido para fazê-lo.

### SEÇÃO 3ª DA NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR

Artigo 70 – Verificando-se em emissão não dolosa de pagamento de tributo, ou qualquer infração da Lei ou Regulamento, do que possa resultar evasão de Receita, será expedida contra o infrator notificação preliminar para que, no prazo de 8 (oito) dias, regularize a situação.

Artigo 71 – A notificação preliminar será feita em fórmula destacada do talonário, no qual ficará cópia a carbono, com o “cliente” do notificado, e conterá os elementos seguintes:

- I – O nome do notificado;
- II – Local, dia e hora da lavratura;
- III – Descrição do fato que a motivou e indicação do disposto legal de fiscalização, quando couber;
- IV – Valor do tributo e da multa devidos;
- V – Assinatura do notificado.

Artigo 72 – Aplicam-se convencido do débito fiscal o contribuinte que pagar o tributo mediante notificação preliminar, da qual não caiba recurso ou defesa.

Artigo 73 – Considera-se convencido do débito fiscal o contribuinte que pagar o tributo mediante notificação preliminar, da qual não caiba recurso nem defesa.

Artigo 74 – Não caberá notificação preliminar, devendo o contribuinte ser imediatamente autuado;

- I – Quando for encontrado no exercício de atividade tributável, sem prévia inscrição;
- II – Quando houver provas de tentativa para eximir-se ou furtar-se ao pagamento do tributo;
- III – Quando for manifesto o ânimo do sonegar;
- IV – Quando incidir em nova falta de que poderá resultar evasão de Receita, antes de decorrido um ano contado da última notificação preliminar.

#### SEÇÃO 4ª DA REPRESENTAÇÃO

Artigo 75 – A representação far-se-á em petição assinada e mencionada, em letra legível, o nome, a profissão e o endereço de se autor, será acompanhada de provas ou indicará os elementos desta e mencionará os meios ou as circunstâncias em razão dos quais se tornou conhecida a infração.

Parágrafo Único – Não se admitirá representação feita por quem haja sido do contribuinte, quando relativa fatos anteriores à data em que tenham perdido essa qualidade.

Artigo 76 – Recebida a representação, a autoridade competente providenciará imediatamente as diligências para verificar a respectiva veracidade e, conforme couber, notificará preliminarmente o infrator, atuá-la ou arquivará a representação.

## CAPÍTULO II DOS AUTOS INICIAIS

### SEÇÃO 1ª DO AUTO DE INFRAÇÃO

Artigo 77 – O auto de infração, lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, em fórmula destacada do talonário, no qual ficará a carbono com o ciente do infrator, deverá:

- I – Mencionar o local, dia e a hora da lavratura;
- II – Referir ao nome do infrator e das testemunhas, se houver;
- III – Descrever o fato que constitua a infração e as circunstâncias pertinentes, indicar o dispositivo legal ou regulamentar violado e fazer referência ao termo de fiscalização, em que se consignou a infração, quando for o caso;
- IV – Conter a intimação ao infrator, para pagar os tributos e multas devidos ou apresentar defesa e provas nos prazos previstos.

§ 1º - As omissões ou incorreções de auto não acarretarão nulidades, quando do processo constarem elementos, suficientes para a determinação da infração e do infrator.

§ 2º - A assinatura não constitui formalidade essencial à validade do auto, não implica em confissão, nem a recusa agravará a pena.

§ 3º - Se o infrator, ou quem o representante, não puder ou não quiser assinar o auto, far-se-á menção dessa circunstância.

Artigo 78 – O auto de infração poderá ser lavrado cumulativamente, com o de apreensão, e então conterá, também, os elementos deste. (artigo nº 66 e parágrafo único).

### CAPÍTULO III DA DEFESA

Artigo 79 – Nos processos iniciados mediante reclamação contra lançamento, será dada vista a funcionário da repartição competente para aquela operação, a fim de apresentar a defesa, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data em que receber o processo.

Artigo 80 – A defesa do atuado será apresentada por petição à repartição por onde ocorrer o processo, contra recibo, apresentada a defesa, terá o atuado o prazo de 10 (dez) dias, para impugná-la o que fará na forma do artigo seguinte.

Artigo 81 – Na defesa, o atuado alegará toda a matéria que entende útil, indicará e requererá as provas que pretenda produzir, juntará logo as que constarem de documentos, e sendo o caso, arrolará testemunhas, até o máximo de 3 (três).

### CAPÍTULO IV DAS PROVAS

Artigo 82 – Findos os prazos a que se referem os artigos 78 e 79, deste Código, o dirigente da repartição responsável pelo lançamento deferirá, no prazo de 10 (dez) dias, a produção outras que entender necessárias, e fixará o prazo, não superior a 30 (trinta) dias, em que uma e outras devem ser produzidas.

Artigo 83 – É admitida prova fundada em exame de livros ou arquivos das repartições da Fazenda Pública e a extração de cópias fotostáticas ou xerográficas que serão autenticadas pelas mesmas repartições e o depoimento de seus representantes ou funcionário.

### CAPÍTULO V DA DECISÃO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

Artigo 84 – Após informado pela seção competente, o processo será encaminhado à autoridade julgadora que decidirá, dentro de 10 (dez) dias.

Artigo 85 – A decisão, fundamentada, redigida com simplicidade e clareza, concluirá pela procedência ou improcedência do auto de

infração ou da reclamação contra lançamento, definindo expressamente os seus efeitos, num e noutro caso.

Artigo 86 – Não sendo proferida decisão, no prazo legal, nem convertido o julgamento em diligência, poderá a parte interpor recurso voluntário, como se fora julgado procedente o auto de infração ou improcedente a reclamações contra lançamento.

## CAPÍTULO VI DOS RECURSOS

Artigo 87 – Da decisão de primeira instância caberá recurso voluntário para o Prefeito, interposto no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data da ciência da decisão, pelo atuado ou reclamante, ou pelo funcionário que houver produzido a defesa, nas reclamações contra lançamento.

Artigo 88 – É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versem sobre o mesmo assunto e alcancem o mesmo contribuinte, salvo quando proferidas em um único processo fiscal.

## CAPÍTULO VII DA EXECUÇÃO DAS DECISÕES FISCAIS

Artigo 89 – As decisões definitivas serão cumpridas:

- I – Pela notificação do contribuinte, e quando for o caso, também do seu fiador, para, no prazo de 10 (dez) dias, satisfazerem ao pagamento do valor da condenação e, em consequência, receberem os títulos depositados em garantia da instância;
- II – Pela notificação do contribuinte para vir receber a importância recolhida indevidamente como tributo ou multa.
- III – Pela notificação do contribuinte para vir a receber ou, quando for o caso, pagar, no prazo de 10 (dez) dias, a diferença entre o valor da condenação e a importância depositada em garantia da instância;
- IV – Pela notificação do contribuinte para vir receber ou, quando for o caso, pagar, no prazo de 10 (dez) dias, a diferença entre o valor da condenação e o produto da venda dos títulos caucionados, quando não satisfeitos o pagamento no prazo legal;
- V – Pela liberação das mercadorias apreendidas e depositadas, ou pela restituição do produto de sua venda, se houver ocorrido alienação, com fundamento no artigo nº 69 e seus parágrafos, deste Código.

VI – Pela imediata inscrição, como dívida ativa, e remessa da certidão e cobrança executiva dos débitos a que se referem s números I, III e IV, se não satisfeitos no prazo estabelecido.

## SEÇÃO 2º DAS RECLAMAÇÕES CONTRA LANÇAMENTO

Artigo 90 – O contribuinte que não concordar com o lançamento de tributos, poderá reclamar no prazo de 20 (vinte) dias, contados da notificação do lançamento.

Artigo 91 – A reclamação contra lançamento far-se-á por petição, facultada a juntada de documentos.

Parágrafo Único – A reclamação somente poderá ser aceita quando devidamente formalizada, devendo o reclamante indicar as razões de fato ou de direito que autorizam a revisão pleiteada.

Artigo 92 – A reclamação contra lançamento, somente terá efeito suspensivo, se interposta dentro do prazo regulamentar.

## TÍTULO III DO CADASTRO FISCAL

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 93 – O Cadastro Fiscal da Prefeitura compreende:

- I – O Cadastro Imobiliário;
- II – O Cadastro dos Prestadores de Serviços de qualquer natureza.

§ 1º - O Cadastro Imobiliário compreende:

- A) Os terrenos vagos existentes ou que venham a existir nas áreas urbanas ou destinadas à urbanização;
- B) As edificações existentes, ou que vierem a ser construídas, nas áreas urbanas e urbanizáveis.

§ 2º - O Cadastro dos prestadores de serviços de qualquer natureza compreende as empresas ou profissionais autônomos, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço sujeito à tributação municipal.

Artigo 94 – Todos os proprietários ou possuidores, a qualquer título, de imóveis mencionados no parágrafo 1º do artigo anterior e aqueles que, individualmente ou sob a razão social de qualquer espécie, estão sujeitos à inscrição, estão sujeitos à inscrição obrigatória no Cadastro Imobiliário da Prefeitura.

Artigo 95 – O Poder Executivo poderá celebrar convênios com a União e os Estados visando a utilizar os dados e os elementos cadastrais, bem como o número de inscrição do Cadastro Geral de Contribuinte, de âmbito federal para melhor caracterização de seus registros.

Artigo 96 – A Prefeitura poderá, quando necessário, instituir outras modalidades acessórias de cadastro a fim de atender à organização dos tributos de sua competência, especialmente, os relativos à contribuição de melhoria.

## CAPÍTULO II DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO IMOBILIÁRIO

Artigo 97 – A inscrição dos imóveis urbanos no Cadastro Imobiliário será provida:

- I – Pelo proprietário ou seu representante legal, ou pelo respectivo possuidor a qualquer título;
- II – Por qualquer dos condôminos, em se tratando de condomínio;
- III – Pelo Compromissário comprador, nos casos de compromissos de compra e venda;
- IV – Pelo possuidor de imóveis a qualquer título;
- V – De ofício, em se tratando de próprio federal, estadual, municipal ou de entidade autárquicas, ou ainda quando a inscrição deixar de ser feita no prazo regulamentar;
- VI – Pelo inventariante, síndico ou liquidante, quando se tratar de imóvel pertencente a espólio, massa falida ou sociedade em liquidação.

Artigo 98 – Para efetivar a inscrição, no Cadastro Imobiliário dos Imóveis urbanos são os responsáveis obrigados a preencher e entregar na repartição competente uma ficha de inscrição para cada imóvel, conforme modelo fornecido pela Prefeitura.

§ 1º - A inscrição será efetuada no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da escritura definitiva ou de promessa de compra e venda do imóvel.

§ 2º - Por ocasião da entrega da ficha de inscrição, devidamente preenchida, deverá ser exigido o título de propriedade, ou de compromisso de compra e venda, para as necessárias verificações.

§ 3º - Não sendo feita a inscrição no prazo estabelecido no parágrafo 1º deste artigo, o órgão competente, valendo-se dos elementos de que dispuser, preencherá a ficha de inscrição, e expedirá edital convocando o proprietário, para, no prazo de 30 (trinta) dias, cumprir as exigências deste artigo, sob pena de multa prevista neste Código para os faltosos.

Artigo 99 - Os responsáveis por loteamento fiam obrigados a fornecer no mês de janeiro de cada ano, ao órgão fazendário competente, relação dos lotes que no ano anterior, tenham sido alienados definitivamente ou mediante compromissos de compra e venda, registrado em Cartório mencionando o nome do comprador e o endereço, os números do quarteirão, e lote e o valor do contrato de venda, a fim de ser feita anotação no Cadastro Imobiliário.

Artigo 100 - Deverão ser obrigatoriamente comunicadas à Prefeitura do prazo de 60 (sessenta) dias, todas as ocorrências verificadas ao imóvel, que possam afetar as bases de cálculo do lançamento dos tributos municipais.

Parágrafo Único - A comunicação a que se refere este artigo, devidamente processada e informada, servirá de base a alteração respectiva na ficha de inscrição.

Artigo 101 - A concessão de “HABITE-SE”, à edificação nova ou aceitação de obras em edificação reconstruída ou reformada só se completará com a remessa do processo respectivo à repartição fazendária competente e a certidão desta de que foi atualizada a respectiva inscrição no Cadastro Imobiliário.

### CAPÍTULO III DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Artigo 102 - A inscrição no Cadastro de Prestação de Serviços de Qualquer natureza será feita pelo responsável, empresa ou



profissional autônomo, ou seu representante legal, que preencherá e entregará na repartição competente ficha própria para cada estabelecimento fixo, ou para o local, em que normalmente desenvolva atividade de prestação de serviço.

## PARTE ESPECIAL

### TÍTULO IV

## DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA

### CAPÍTULO I

#### DA INCIDÊNCIA, DAS ISENÇÕES E DAS REDUÇÕES

Artigo 103 – O Imposto Predial Territorial Urbano tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de terrenos construídos ou não localizados nas zonas urbanas do Município.

§ 1º - Para os efeitos deste imposto, entende-se como zonas urbanas as definidas em ato do Poder Executivo, observadas requisito mínimo de pelo menos dois dos seguintes melhoramentos:

- A) Meio-fio;
- B) Calçamento;
- C) Canalização de águas pluviais;
- D) Abastecimento de água potável;
- E) Sistema de esgoto sanitário;
- F) Rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição de domiciliar;
- G) Escola primária ou posto de saúde, a uma distância de máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

§ 2º - Consideram-se também as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pela Prefeitura, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior.

§ 3º - Estão ainda sujeitos ao Imposto Predial e Territorial Urbano as áreas não urbanas ou, excluídos da incidência do Imposto Territorial Rural, na forma da Legislação pertinente.

§ 4º - A alíquota do Imposto incidente sobre terrenos não construídos incide ainda nas áreas excedentes a 5 (cinco) vezes à área construída do terreno.

Artigo 104 – São isentas do Imposto:

I – Os terrenos cedidos gratuitamente para o uso da União, Estado e Município.

Artigo 105 – Aos proprietários de terrenos com área inferior a 50.000 m<sup>2</sup> (cinquenta mil metros quadrados) que nela tenham promovidos os melhoramentos abaixo especificados, sem ônus para os cofres municipais, poderão ser concedidos pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos redução do Imposto Predial e Territorial, nas bases seguintes:

- I – Canalização de água potável 15%
- II – Sistema de esgoto sanitário 15%
- III – Pavimentação 15%
- IV – Rede de distribuição de energia elétrica e iluminação de ruas 15%
- V – Galerias para águas pluviais 5%
- VI – Guias e sarjetas 5%

Parágrafo Único – A redução a ser concedida será proporcional à extensão da testada do terreno, efetivamente beneficiada com os melhoramentos executados.

Artigo 106 – O Imposto Predial e Territorial Urbano constitui ônus real e acompanha o imóvel em todos os casos de transmissão da propriedade ou de direitos reais a ele relativos e se transfere ao compromissário comprador se este estiver na posse do imóvel.

## CAPÍTULO II

### DA ALÍQUOTA E BASE DE CÁLCULO

Artigo 107 – O Imposto Predial e Territorial Urbano será cobrado por alíquotas proporcionais ao valor venal do terreno construído ou não.

§ 1º - As alíquotas de cobrança são as constantes da Tabela aprovada em Lei Complementar a este Código.

§ 2º - As alíquotas de cobrança serão majoradas na forma abaixo, quando o terreno permanecer em nome do mesmo contribuinte, sem construção por mais de 5 (cinco) anos, nas seguintes bases:

- I – Em 25% entre 5 e 10 anos;
- II – Em 50% entre 10 e 15 anos;
- III – Em 75% entre 15 e 20 anos;
- IV – Em 100% em mais de 20 anos.

§ 3º - O prazo de 5 anos começará a fluir a partir do início do exercício de 1976.

Artigo 108 – O valor venal dos terrenos será apurado com base nos dados fornecidos pelo Cadastro Imobiliário, levando-se em conta, a critério da repartição, os seguintes elementos:

- I – O valor declarado pelo contribuinte;
- II – O índice médio de valorização correspondente à zona em que esteja situado o imóvel;
- III – O preço do terreno nas últimas transações de compra e venda realizadas nas zonas respectivas;
- IV – A forma, as dimensões, os acidentes naturais e outras características do terreno;
- V – Quaisquer outros dados informativos obtidos pelas repartições competentes.

Artigo – 109 – Nas determinações de base de cálculo não se considera o valor dos bens mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

Artigo 110 – O critério a ser utilizado para a apuração dos valores que servirão de base de cálculo para lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano será definido em regulamento baixado pelo Executivo.

§ 1º - O Executivo baixará anualmente por Decreto até o mês de dezembro de cada ano, a Planta Genérica de Valores, para vigorar no ao seguinte, obedecidos os critérios da avaliação e os elementos informativos do Cadastro Municipal.

§ 2º - Anualmente a Comissão de avaliação de imóveis procederá a revisão dos valores da Planta Genérica, para fins de atualização, tendo em vista os elementos do artigo 108 deste Código.

Artigo 111 – O mínimo do Imposto Predial e Territorial Urbano incidente sobre os terrenos não construídos será de 5% da Unidade Padrão Fiscais.

### CAPÍTULO III DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Artigo 112 – O lançamento do Imposto, sempre que possível, será feito em conjunto com os dos demais tributos que recaem sobre o imóvel, tomando-se por base a situação existente ao encerrar-se o exercício anterior.

Artigo 113 – Far-se-á o lançamento no nome sob o qual estiver inscrito o terreno no Cadastro Imobiliário.

§ 1º - No caso de condomínio, figurará o lançamento em nome de todos os condomínios, respondendo cada uma na proporção de sua parte, pelo ônus de tributo.

§ 2º - Não sendo conhecido o proprietário, o lançamento será feito em nome de quem esteja de posse de terreno.

§ 3º - Quando o imóvel estiver sujeito a inventário, far-se-á o lançamento em nome do espólio e, feita a partilha será transferido para o nome dos sucessores; para esse fim os herdeiros são obrigados a promover a transferência perante o órgão fazendário competente dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do julgamento da partilha ou da adjudicação.

§ 4º - Os terrenos pertencentes a espólio, cujo inventário esteja sobre estado serão lançados em nome do mesmo, que responderá pelo tributo até que, julgado o inventário, se façam as necessárias modificações.

§ 5º - O lançamento de terreno pertencente a massas falidas, ou sociedades em liquidação será feito em nome das mesmas, mas os avisos ou notificações serão enviadas aos seus representantes legais, anotando-se os nomes e endereços nos registros.

§ 6º - No caso de terreno objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento será feito em nome do promitente vendedor e do compromissário comprador, se este estiver na posse do imóvel.

Artigo 114 – O lançamento do Imposto será anual e seu recolhimento em quatro parcelas, de igual valor, vencendo-se em 30 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 30 de dezembro de cada ano.

Parágrafo Único – O Prefeito poderá, por Decreto prorrogar os prazos deste artigo, se as condições administrativas de lançamento assim o determinarem.

## TÍTULO V

### DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA DOS TERRENOS CONSTRUÍDOS

#### CAPÍTULO I

#### DA INCIDÊNCIA E DAS ISENÇÕES

Artigo 115 – O Imposto Predial e Territorial Urbano incide ainda sobre os terrenos construídos e situados na zona urbana, vilas e povoados.

§ 1º - Considera-se prédios, para os efeitos deste artigo, todas as edificações ou construções que possam servir à habitação ao uso ou recreio, seja qual for sua denominação, forma ou destino.

§ 2º - Para efeito deste imposto, entende-se como zona urbana, a definida em Lei Municipal como área urbana da cidade, vilas ou povoados.

Artigo 116 – São isentas do Imposto Predial e Territorial Urbano:

I – Os prédios cedidos gratuitamente na sua totalidade ao uso da União, Estado ou Município;

II – As construções ou edificações com mais de 5 (cinco) pavimentos, exclusive o térreo, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Parágrafo Único – O benefício do inciso II deste artigo deverá ser requerimento pelo interessado no ato da aprovação da planta e a isenção será concedida a partir da expedição do “HABITE-SE”, pela Prefeitura.

#### CAPÍTULO II

## DA ALÍQUOTA E BASE DE CÁLCULO

Artigo 117 – O Imposto será cobrado na base de alíquotas percentuais, calculadas sobre o valor do terreno mais o valor da construção.

Parágrafo Único – As alíquotas de cobrança são as aprovadas em Lei Complementar a este Código.

Artigo 118 – Estão isentos do Imposto Predial e Territorial Urbano, as construções residenciais, de propriedade de funcionários municipais, desde que nela efetivamente resida o funcionário com seus familiares.

Parágrafo Único – O benefício deste artigo somente será concedido quando o proprietário estiver devidamente inscrito no Cadastro Imobiliário da Prefeitura, como contribuinte, relativamente ao imóvel objeto da isenção.

Artigo 119 – O valor venal da edificação ou construção será calculado levando-se em conta os seguintes fatores:

- I – A área construída;
- II – O valor unitário da construção;
- III – O Estado de conservação da edificação;
- IV – A localização do imóvel, segundo a zona fiscal regulamentada pela Prefeitura.

Artigo 120 – O critério a ser utilizado para apuração dos valores que servirão de base de cálculo para o lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano será definido em regulamento baixado pelo Executivo.

Artigo 121 – O mínimo do Imposto Predial e Terreno Urbano, incidente sobre terrenos construídos será de 3% (três) da Unidade Padrão Fiscal.

## CAPÍTULO III DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Artigo 122 – O lançamento do imposto será feito em nome do contribuinte observando-se o disposto no capítulo III, do Título IV, no que for aplicável.

Artigo 123 – O lançamento e a arrecadação do imposto será feito sempre que possível, em conjunto com as taxas que incidem sobre o imóvel e conforme a situação cadastral.

Parágrafo Único – Os apartamentos, unidades ou dependências com economias autônomos serão lançados um a um, em nome de seus proprietários condôminos.

Artigo 124 – O lançamento anual e o recolhimento do Imposto se fará em 4 (quatro) parcelas de igual valor, que se vencerão em 30 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 30 de dezembro, de cada ano.

Parágrafo Único – O Prefeito, atendendo as condições administrativas, poderá prorrogar, por Decreto, os prazos de recolhimento do imposto.

## TÍTULO VI DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Artigo 125 – O Imposto sobre os serviços de qualquer natureza tem como fato gerador a prestação, por empresa ou profissional, autônomo, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço que não configure, por si só, fato gerador de imposto de competência da União ou dos Estados.

§ 1º - A incidência do imposto independe do cumprimento, por parte do contribuinte, de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativa a atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis.

§ 2º - Considera-se local da prestação de serviços:

- A) O do estabelecimento prestador ou, local onde se efetuar a prestação;
- B) No caso de construção civil, o local onde se efetuar a prestação.

Artigo 126 – São isentos do Imposto:

I – Os que prestam serviços sob relação de emprego, os trabalhadores avulsos devidamente inscritos na repartição competente como tal, os diretores e membros de conselho consultivo ou fiscal de sociedades;

II – A execução por administração direta ou empreitada, de obras hidráulicas ou de construção civil, contratadas com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, autarquias e empresas concessionárias de serviços públicos, assim com os sub-empregados;

III – Concertos, receitas, “shows” “avant-premiers”, cinematográficas, quermesses e espetáculos semelhantes realizados para fins assistenciais providos por entidades de personalidade jurídica devidamente constituída e desde que a isenção seja previamente requerida;

IV – Os hospitais que provarem ter, no exercício anterior, colocado à disposição da administração municipal, mediante convênio, número de leitos correspondentes ao montante do imposto devido no ano anterior;

VI – As cooperativas legalmente constituídas, relativamente, aos serviços prestados exclusivamente aos respectivos cooperados.

Parágrafo Único – As isenções ou reduções serão concedidas anualmente, no mês de janeiro, a requerimento do interessado e após a verificação do cumprimento das exigências deste artigo, por parte do contribuinte.

## CAPÍTULO II DA ALÍQUOTA E DA BASE DE CÁLCULO

Artigo 127 – A base de cálculo do imposto é o valor do preço do serviço prestado.

Artigo 128 – O imposto será cobrado por meio de alíquotas percentuais à Receita Bruta ou calculada sobre a Unidade Padrão Fiscal conforme Tabela aprovada em Lei Complementar a este Código.

Artigo 129 – Quando não puder ser conhecido o valor efetivo da Receita Bruta resultante da prestação de serviços, ou quando os registros relativos aos impostos não merecerem fé pelo fisco, tomar-se-á para a base de cálculo a Receita Bruta arbitrada, a qual não poderá, em hipótese alguma, ser inferior ao total das seguintes parcelas:

I – Valor das matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados durante o ano;



II – Folha de salários pagos durante o ano, adicionada de honorários de diretores e retiradas de proprietários, sócios ou gerentes;

III – 10% (dez por cento) do valor venal do imóvel, ou parte dele, e dos equipamentos utilizados pela empresa ou pelo profissional autônomo;

IV – Despesas com fornecimento de água, luz, força, telefone e demais encargos mensais obrigatórios do contribuinte;

V – O valor de duas Unidade Padrão Fiscal, por mês, para cada diretor, sócio ou gerente.

Artigo 130 – O disposto nos artigos 127 a 129 não se aplica nos casos em que a Receita Bruta corresponder, exclusivamente, à remuneração de trabalho, pessoal do contribuinte.

Parágrafo único – Na hipótese deste artigo, o imposto será calculado por alíquotas fixas, percentuais à Unidade Padrão Fiscal e de acordo com a Tabela aprovada em Lei Complementar.

### CAPÍTULO III DO LANÇAMENTO E RECOLHIMENTO

Artigo 131 – O Imposto será arrecadado:

A) Por meio de guia preenchida pelo próprio contribuinte, na forma de auto-lançamento, de acordo com modelo, forma e prazos estabelecidos neste Código ou em Regulamento.

B) Por meio de notificação de lançamento, emitido pela repartição competente, nos casos previstos no parágrafo único do artigo 130. Os lançamentos dos contribuintes, desta categoria serão feitos mediante notificação aos mesmos, e recolhidos em 4 (quatro) parcelas de igual valor vencíveis no último dia de cada trimestre.

Artigo 132 – Os contribuintes sujeitos ao imposto com base na Receita Bruta Mensal manterão, obrigatoriamente, sistemas de registro de valor dos serviços prestados, e recolherão o imposto trimestralmente, na forma do disposto em Regulamento.

Parágrafo Único – A Prefeitura poderá instituir notas fiscais próprias para o controle da Receita do Contribuinte.

Artigo 133 – O montante do imposto a recolher será arbitrado pela autoridade competente:

I – Quando o contribuinte deixar de apresentar a guia de recolhimento no prazo regulamentar;

II – Quando o contribuinte apresentar guia com emissão dolosa ou fraude;

III – Quando inexistirem os registros a que se refere o artigo 132 ou for dificultado o exame dos mesmos.

Artigo 134 – O procedimento de ofício de que trata o artigo anterior prevalecera até prova em contrário, feita antes do lançamento do imposto.

Artigo 135 – O lançamento do imposto de serviço será feito pela forma e nos prazos estabelecidos em regulamento, de todos os contribuintes inscritos existentes no Cadastro de prestadores de Serviço de qualquer natureza, de que trata o Título III, Capítulo III deste Código.

Artigo 136 – Considera-se empresas distintas, para efeito de lançamento e cobrança do imposto:

I – As que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividade, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II – As que, embora pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica, tenham funcionamento em locais diversos.

Artigo 137 – As pessoas físicas ou jurídicas, que, na condição de prestadores de serviços de qualquer natureza, no decorrer do exercício financeiro, se tornarem sujeitas à incidência do imposto serão lançadas a partir do trimestre em que iniciarem as atividades.

Artigo 138 – No caso de diversões públicas a base de cálculo poderá ser os elementos que servem de base para o recolhimento da Taxa de Estatística.

## TÍTULO VII DAS TAXAS

### CAPÍTULO I

## DAS INCIDÊNCIAS E DAS ISENÇÕES

Artigo 139 – Pelo exercício regular do Poder de Polícia ou em razão da utilização, efetiva ou potencial, de serviço público, específico e divisível, prestado ao contribuinte, ou posto à sua disposição pela Prefeitura, serão cobradas, pelo Município, as seguintes taxas:

- I – de Licença
- II – de Expediente;
- III – de Limpeza Pública e Particular;
- IV – de Iluminação Pública;
- V – de construção de pavimentação e obras complementares;
- VI – de construção de calçamento;
- VII – de combate a incêndio;
- VIII – de serviços diversos.

Artigo 140 – São isentas das taxas de Limpeza Pública, Iluminação Pública, conservação de calçamento e combate a incêndio:

- I – Os próprios federais e estaduais, quando exclusivamente utilizados por serviços da União ou do Estado;
- II – Os templos de qualquer culto.

### CAPÍTULO II

### DAS TAXAS DE LICENÇA

#### SEÇÃO 1ª

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 141 – As taxas de licença tem como fato gerador o poder de polícia do Município na outorga de permissão para o exercício de atividades ou para a prática de atos dependentes, por sua natureza, de prévia autorização pelas autoridades municipais.

Artigo 142 – As taxas de licença são, exigidas para:

- I – Localização de estabelecimentos de produção, comércio, indústria ou prestação de serviços na jurisdição do Município;
- II – Renovação da licença para localização de estabelecimentos de produção, comércio, indústria ou prestação de serviços;

III – Funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços em horários especiais;

IV – Exercício, na jurisdição do Município, de comércio eventual ou ambulante;

V – Execução de obras particulares;

VI – Execução de arruamentos e loteamentos em terrenos particulares;

VII – Publicidade;

VIII – Ocupação de áreas em vias e logradouros públicos.

## SEÇÃO 2ª

### DA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Artigo 143 – Nenhum estabelecimento de produção, comércio, indústria, ou prestação de serviço de qualquer natureza, poderá instalar-se ou iniciar suas atividades no Município sem prévia licença de localização outorgada pela Prefeitura, e sem que hajam, seus responsáveis, efetuado o pagamento da taxa devida.

Parágrafo Único – As atividades cujo exercício dependam de autorização de competência exclusiva da União ou do Estado, não estão isentas da Taxa de que trata este artigo.

Artigo 144 – O pagamento de licença a que se refere o artigo anterior será exigido por ocasião da abertura ou instalação do estabelecimento, ou cada vez que se verificar mudança de ramo de atividade.

§ 1º - A taxa será arrecadada conforme Tabela aprovada em Lei Complementar e será calculada em função do número de empregados do estabelecimento.

§ 2º - Consideram-se empregados, para fins de cálculo desta Taxa, o proprietário e seus familiares que trabalhem habitualmente.

Artigo 145 – Os pedidos de licença para abertura ou instalação de estabelecimentos de produção, comércio, indústria, ou de prestação de serviços serão acompanhados da contribuinte, e de acordo com o modelo adotado pela Prefeitura.

Artigo 146 – A Taxa de licença de que trata esta seção independe de lançamento e será arrecadada quando da concessão da licença; a licença inicial concedida depois de 30 de março será arrecadada proporcionalmente ao prazo que faltar para se esgotar o exercício.

SEÇÃO 3ª  
DA TAXA DE RENNOVAÇÃO DA LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO, OS  
ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA E  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Artigo 147 – Além da Taxa de Licença par localização, os estabelecimentos de produção, comércio, indústria ou de prestação de serviços estão sujeitos anualmente, à taxa de renovação da licença para localização.

Artigo 148 – A Taxa de renovação de licença para localização será cobrada em função do número de empregados e segundo Tabela da Licença para localização.

Artigo 149 – O alvará de licença será revalidada anualmente até o mês de março, de cada ano, independente de requerimento, desde que o contribuinte esteja desonerado com relação a tributos e multas incidentes sobre a atividade.

Parágrafo Único – Após 31 de março, a revalidação será feita com a multa de 30% (trinta por cento) sobre a Taxa devida, o mínimo de 1% (um por cento) sobre a Unidade Fiscal.

Artigo 150 – Nenhum estabelecimento poderá prosseguir nas suas atividades sem estar na posse do alvará de que trata o artigo, após decorrido o prazo para pagamento da Taxa de renovação.

Parágrafo Único – O alvará de licença será conservado em lugar visível.

Artigo 151 – O não cumprimento do disposto no artigo anterior poderá acarretar a interdição do estabelecimento mediante ato da autoridade competente.

§ 1º - A interdição será precedida da notificação preliminar do responsável pelo estabelecimento, dando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que regularize sua situação.

§ 2º - A interdição não exime o faltoso do pagamento da Taxa e das multas devidas.

#### SEÇÃO 4ª

#### DA TAXA DE LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DO COMÉRCIO EVENTUAL, OU AMBULANTE

Artigo 152 – Poderá ser concedida licença para funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços fora de horário normal de abertura e fechamento, mediante o pagamento de uma taxa de licença especial.

Artigo 153 – A taxa de licença para funcionamento dos estabelecimentos em horários especiais será cobrada por dia, por mês ou ano, de acordo com a Tabela aprovada em Lei Complementar e arrecadada antecipadamente, independentemente de lançamento, não sendo devida pelos profissionais liberais autônomos, nem por hospitais, pronto socorro, laboratórios e congêneres.

#### SEÇÃO 5ª

#### DA TAXA DE LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DO COMÉRCIO EVENTUAL, OU AMBULANTE.

Artigo 154 – A Taxa de licença para o exercício do comércio eventual ou ambulante será exigível por mês ou dia.

§ 1º - Considera-se comércio eventual o que é exercido em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião dos festejos ou comemorações, em locais autorizados pela Prefeitura.

§ 2º - É considerado, também, como comércio eventual, o que é exercido em instalações removíveis, colocados nas vias ou logradouros públicos, como balcões, barracas, mesas, tabuleiros e semelhantes.

§ 3º - Comércio ambulante é o exercido individualmente sem estabelecimento, instalação ou localização fixa.

Artigo 155 – Serão definidas em regulamento as atividades que podem ser exercidas em instalações removíveis nas vias ou logradouros públicos.

Artigo 156 – A taxa de Licença será cobrada de acordo com a Tabela aprovada em Lei Complementar.

Parágrafo Único – O pagamento da Taxa de Licença para o Comércio Eventual ou Ambulante, não dispensa o contribuinte do pagamento da Taxa de ocupação do solo em vias públicas, se for o caso.

Artigo 157 – É obrigatório a inscrição na repartição competente, dos comerciantes eventuais e ambulantes, conforme sistema adotado pela Municipalidade.

Artigo 158 – São isentos da Taxa de Licença para o exercício do comércio eventual ou ambulante:

I – Os cegos, surdo-mudos e mutilados, que exercerem comércio ou indústria em escala ínfima;

II – Os vendedores ambulantes de livros, jornais e revistas;

III – Os engraxates ambulantes;

IV – Os comerciantes atacadistas que vendam exclusivamente no atacado, abastecendo o comércio local, e mediante extração das competentes notas fiscais.

## SEÇÃO 6ª DA TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS PARTICULARES

Artigo 159 – A Taxa de Licença para execução de obras particulares é devida em todos os casos de construção, reconstrução, reforma ou demolição de prédios e muros ou qualquer outra obra, dentro das áreas urbanas do Município.

Artigo 160 – Nenhuma construção, reconstrução, reforma, demolição ou obra de qualquer natureza, poderá ser iniciada sem prévio pedido de licença à Prefeitura e pagamento e pagamento da taxa devida.

Artigo 161 – A taxa de licença para execução de obras particulares será cobrada de conformidade com a Tabela aprovada em Lei Complementar.

Artigo 162 – São isentas da Taxa de Licença para execução de obras particulares:

I – a limpeza ou pintura externa ou interna de prédios, muros ou grades;

II – a construção de passeios, quando do tipo aprovado pela Prefeitura;

III – a construção de barracões destinados à guarda de materiais para obras já devidamente licenciadas.

#### SEÇÃO 7ª

#### DA TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO

#### ARRUAMENTO E LOTEAMENTO PARTICULARES

Artigo 163 – A Taxa de Licença para execução de arruamentos de terrenos particulares é exigível pela permissão outorgada pela Prefeitura, na forma da Lei, e mediante prévia aprovação dos respectivos planos ou projetos, para arruamentos ou parcelamento de terrenos particulares, segundo o zoneamento em vigor no Município.

Artigo 164 – Nenhum plano ou projeto de arruamento ou loteamento poderá ser executado sem o prévio pagamento da taxa de que trata esta seção.

Artigo 165 – A licença concedida constará de alvará, no qual se mencionarão as obrigações do loteador ou arruador, com referência a obras de terraplanagem e urbanização.

Artigo 166 – A taxa de que trata esta Seção será cobrada de conformidade com a Tabela aprovada em Lei Complementar.

#### SEÇÃO 8ª

#### DA TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE



Artigo 167 – A exploração ou utilização de meios de publicidade nas vias e logradouros públicos do Município, bem como nos lugares de acesso ao público, fica sujeita à previa licença da Prefeitura e, quando for o caso, ao pagamento da taxa devida.

Artigo 168 – A taxa de licença para publicidade será cobrada de conformidade com a Tabela aprovada em Lei Complementar.

§ 1º - A taxa será paga adiantadamente, por ocasião da outorga de licença.

§ 2º - Nas licenças sujeitas à renovação anual, a Taxa será paga no prazo estabelecido em regulamento.

Artigo 169 – São isentos da Taxa de Licença para publicidade:

I – Os cartazes ou letreiros destinados a fins patrióticos, religiosos ou eleitorais;

II – As tabuletas indicativas de sítios, granjas ou fazendas bem como as de rumo ou direção de estradas;

III – Os dísticos ou denominações de estabelecimentos comerciais ou industriais aposto nas paredes e vitrines internas;

IV – os anúncios publicados em jornais, revistas ou catálogos e os irradiados em estações de rádio-difusão.

SEÇÃO 9ª  
DA TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DO  
SOLO  
VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Artigo 170 – Entende-se por ocupação do solo aquela feita mediante instalação provisória de balcão, barraca, mesa, tabuleiro, quiosque, aparelho e qualquer outro móvel ou utensílio, depósitos de materiais para fins comerciais, ou de prestação de serviço e estacionamento privativo de veículos, em locais permitidos.

Artigo 171 – Sem prejuízo de tributo e multa devidos a Prefeitura apreenderá e removerá para os seus depósitos qualquer objeto ou mercadoria deixados em locais não permitidos, ou colocados em vias e logradouros públicos sem o pagamento da taxa de que trata esta Seção.

### CAPÍTULO III DAS TAXAS DE EXPEDIENTE

#### SEÇÃO 1ª

Artigo 172 – A Taxa de expediente é devida pela apresentação da petição e documentos às repartições da Prefeitura, para apreciação e despacho pelas autoridades municipais, ou pela lavratura de termos e contratos com o Município ou pela expedição de papeis de interesse do requerente, como certidões, atestados, títulos, guias de recolhimento e documentos semelhantes.

Artigo 173 - A taxa de que trata este Capítulo é devida pelo peticionário ou que tiver interesse no ato da protocolização, deferimento, ou da efetivação do despacho, e será cobrada de acordo com a Tabela aprovada em Lei Complementar.

Artigo 174 – A cobrança da Taxa será feita por meio de guia, conhecimento ou processo mecânico na ocasião em que o ato for praticado, assinado, ou visado, ou em que o instrumento formal for protocolado, expedido ou anexado, desentranhado ou devolvido.

Artigo 175 – Ficam isentos da Taxa de expediente os requerimentos e certidões relativos ao serviço de alistamento militar, para fins eleitorais, requerimento de repartição pública ou de funcionários ou servidores municipais regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

#### SEÇÃO 2ª DA TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS

Artigo 176 – Pela prestação dos serviços de numeração de prédios, de apresentação e depósito de bens móveis, semoventes e mercadorias, de alinhamento e nivelamento e de cemitério, inclusive quanto às concessões, serão cobradas as seguintes taxas:

- I – De numeração de prédios;
- II – De apreensão de bens móveis, ou semoventes e de mercadorias;

III – De alinhamento e nivelamento;

IV – De cemitério.

Artigo 177 - A arrecadação das taxas de que trata esta Seção será feita no ato da prestação do serviço, antecipadamente, ou posteriormente, segundo as condições previstas em Regulamento ou instrução de acordo com as Tabelas aprovadas em Lei Complementar.

#### CAPÍTULO IV DA TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA E PARTICULAR

Artigo 178 – A Taxa de Limpeza Pública e Particular tem como fato gerador, a prestação, pela Prefeitura, de serviços de limpeza de Ruas e de Coleta Domiciliar de Lixo e resíduos.

Artigo 179 – A taxa é devida pelos proprietários de terrenos construídos ou não, situados na zona urbana da sede e distritos onde hajam efetiva prestação dos serviços especificados no artigo número 178.

Parágrafo único – Caso seja prestado apenas um dos serviços, somente este será cobrado.

Artigo 180 – A taxa será devida por todos os proprietários de terrenos construídos ou não, situados nas zonas urbanas, da sede do distrito, onde haja via iluminada.

Parágrafo Único – A taxa será cobrada conforme alíquotas aprovadas em Lei Complementar a este Código, e será arrecadada conjuntamente com os impostos imobiliários.

#### CAPÍTULO V DA TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Artigo 181 – A Taxa de iluminação pública, tem como fato gerador a prestação dos serviços de iluminação de ruas, praças e avenidas.

Artigo 182 – A taxa será devida por todos os proprietários de terrenos construídos ou não, situados nas zonas urbanas, da sede ou distrito, onde haja via iluminada.

Parágrafo Único – A taxa será cobrada até uma distância de 40 metros em redor do último foco de iluminação.

Artigo 183 – A taxa será cobrada em função da testada dos terrenos e será calculada conforme as alíquotas aprovadas em Lei Complementar.

Parágrafo Único – A taxa será arrecadada conjuntamente com os impostos imobiliários.

## CAPÍTULO VI DA TAXA DE CONSERVAÇÃO DE CALÇAMENTO

Artigo 184 – A Taxa de Conservação de Calçamento, tem como fato gerador, a prestação dos serviços de conservada pavimentação existente nas ruas e avenidas; e é devida para todos os proprietários ou contribuintes de terrenos construídos ou não, situados em ruas pavimentadas.

Artigo 185 – A taxa será calculada em função da testada do terreno par a via pavimentada, e será calculada por alíquotas aprovadas em Lei Complementar.

Artigo 186 – A taxa será arrecadada conjuntamente com os impostos imobiliários.

## CAPÍTULO VII DA TAXA DE PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES

Artigo 187 – A taxa de pavimentação e obras Complementares, tem como fato gerador, a prestação de serviços públicos, específicos e divisíveis de pavimentação asfáltica ou por processo semelhante, e serviços correlatos, em vias e logradouros públicos.

Artigo 188 – Para efeito de lançamento da Taxa de Pavimentação e Obras Complementares, entende-se:

1 – Obras Complementares:

A) Estudos preliminares, levantamentos iniciais, topográficos, desenhos, plantas, mapeamentos e serviços semelhantes;

B) Demarcação, alinhamento da rua, nivelamento, compactação e serviços semelhantes;

C) Colocação de guias e sarjetas, bocas de lobo, ralos, galerias pluviais, piçarra ou moledo;

D) Administração.

Artigo 189 – A Taxa de pavimentação e Obras Complementares grava o imóvel construído ou não, situado em Ruas beneficiadas pelo serviço de pavimentação.

Artigo 190 – O lançamento será feito em nome do contribuinte cadastrado, no Cadastrado Imobiliário do Município e por ela responde o proprietário, o compromissário comprador, o promitente cessionário ou o possuidor a qualquer título.

Artigo 191 – A Taxa poderá, a juízo da Prefeitura, ser lançada em separado, para as Obras Complementares, pavimentação ou ambos os serviços conjuntamente.

Artigo 192 – A Taxa será cobrada de uma só vez ou em parcelas, conforme o disposto neste artigo:

I – de uma só vez a quantia lançada, dentro de 30 (trinta) dias da notificação do lançamento, com o desconto de 20% (vinte por cento) sobre o valor lançado;

II – Em 6 (seis) parcelas mensais de igual valor, com o desconto de 10% (dez por cento) sobre o valor lançado;

III – Em 18 (dezoito) parcelas mensais de igual valor, sem acréscimos ou descontos;

§ 1º - Os lançamentos em parcelas, se vencerão: a primeira parcela 30 dias após o lançamento; e as demais, cada 30 dias subseqüentes.

§ 2º - As quantias não pagas nos vencimentos marcados, ficarão sujeitas à multa fixa de 10 % (dez por cento) e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, até sua final liquidação.

§ 3º - É facultado ao contribuinte que optar pelo pagamento parcelado, antecipar o montante das prestações vincendas, sobre cujo montante gozará do desconto de 10% (dez por cento).

Artigo 193 – O atraso no pagamento de 6 (seis) parcelas consecutivas importará em considerar-se vencido todo o débito, sendo o valor das parcelas não pagas vencidas e vincendas, inscrita em Dívida Ativa, com as cominações previstas neste Código.

Artigo 194 – O contribuinte deverá optar, dentro de 10 (dez) dias do recebimento da notificação, a forma de pagamento que preferir.

§ 1º - A notificação será feita em impresso próprio da Municipalidade, que permita fácil manifestação da opção do contribuinte.

§ 2º - A falta de devolução pelo contribuinte, da papeleta de opção, determinará a emissão da notificação de lançamento para pagamento à vista.

Artigo 195 – O lançamento da taxa será feito pelo custo da obra, tendo-se em vista os elementos discriminados nos itens I e II do artigo 188, cabendo a cada imóvel fronteiro à Rua Pavimentada, o correspondente a 33,33% do custo da obra a cada contribuinte fronteiro, ficando a cargo da Municipalidade os restantes 33,34%, exclusive esquina ou cruzamento, que serão pagos pela Municipalidade, quando não disponha de outro modo a legislação atualmente em vigor.

Artigo 196 - Nenhum contribuinte será isento da Taxa de Pavimentação e obras Complementares, vedada a autorização legislativa para tal fim e as isenções anteriores que tenham sido instituídas em Lei Geral não alcançam nem compreendem a isenção dessa taxa.

Artigo 197 – A Taxa de Pavimentação e Obras Complementares é devida pela execução de pavimentação em ruas ou logradouros não pavimentados e ainda nos casos de substituição da pavimentação existente, por outra de melhor qualidade.

Artigo 198 – Assentado periodicamente o programa anual de pavimentação, procederá a repartição municipal de engenharia, os cálculos orçamentários respectivos, os quais serão publicados, para conhecimento dos interessados.

Artigo 199 – A Prefeitura poderá realizar obras de pavimentação em regime de programação especial, fora do programa ordinário, mediante depósito prévio, na tesouraria municipal, de pelo menos 70% (setenta por cento) do custo das obras.

## TÍTULO VIII DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 200 – A contribuição de melhoria será cobrada pelo Município, para fazer face ao custo de obras públicas de que decorre valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada, e como limite individual o acréscimo de valor que das obras resultar para cada imóvel beneficiado, especialmente nos seguintes casos:

I – Abertura ou alargamento de ruas, parques, campos de esporte, vias e logradouros públicos, inclusive estradas, túneis e viadutos;

II – Nivelamento, retificação, impermeabilização, ou iluminação de vias ou logradouros públicos bem como a instalação de esgotos pluviais ou sanitários;

III – Proteção contra inundação, saneamento em geral, drenagem, retificação e regularização de cursos d' água;

IV – Canalização de água potável e instalação da rede elétrica;

V – Aterros e obras de embelezamento em geral, inclusive desapropriação para desenvolvimento paisagístico.

Artigo 201 – Para cobrança da contribuição de melhoria a repartição competente deverá:

I – Publicar previamente os seguintes elementos:

- A) Memorial descritivo do projeto;
- B) Orçamento do custo da obra;
- C) Determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;
- D) Delimitação da zona beneficiada;
- E) Determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas;

II – Fixas o prazo, não inferior a 30 (trinta) dias, para impugnação, pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos no número anterior.

§ 1º - Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento e dos elementos que integrarem o respectivo cálculo.

§ 2º - Caberá ao contribuinte o ônus da prova quando impugnar quaisquer dos elementos a que se refere o nº 1 deste artigo.

Artigo 202 – Responde pelo pagamento da contribuição de melhoria, o proprietário do imóvel ao tempo do respectivo lançamento, transmitindo-se a responsabilidade aos adquirentes ou sucessores a qualquer título.

Artigo 203 – As obras ou melhoramentos que justifiquem a cobrança da contribuição de melhoria enquadrar-se-ão em dois programas:

I – Ordinário, quando referente a obras preferenciais e de iniciativa da própria administração;

II – Extraordinários, quando referente a obra de menor interesse geral, solicitada por, pelo menos, dois terços dos proprietários interessados.

Artigo 204 – No custo das obras serão computadas as despesas de estudos e administração, desapropriação e operações de financiamento, inclusive juros não excedentes de 12% (doze por cento), ao ano sobre o capital empregado.

Artigo 205 – A distribuição gradual da contribuição de melhoria entre os contribuintes será feita proporcionalmente aos valores venais dos terrenos presumivelmente beneficiados, constantes do Cadastro Imobiliário; na falta desse elemento, tomar-se-á por base a área ou a testada dos terrenos.

Artigo 206 – Para o cálculo necessário à verificação da responsabilidade dos contribuintes, prevista neste Código, serão também computados quaisquer áreas marginais, correndo por conta da Prefeitura as quotas relativas aos terrenos isentos da contribuição da melhoria.



Artigo 207 – No cálculo da contribuição da melhoria deverão ser individualmente considerados os imóveis constantes de loteamentos aprovados ou fisicamente divididos em caráter definitivo.

Artigo 208 – Quando houver condomínio, quer de simples terreno, quer de terreno e edificação, a contribuição será lançada em nome de todos os condôminos, que serão responsáveis na proporção de suas quotas.

Artigo 209 – No caso de parcelamento de imóvel já lançado poderá o lançamento, mediante requerimento do interessado, ser desdobrado em tantos quantos forem os imóveis em que relativamente se subdividir o primitivo.

Artigo 210 – As obras a que se refere o número II do artigo 203, quando julgadas de interesse público, só poderão ser iniciadas após ter sido feita pelos interessados a caução fixada.

§ 1º - A importância da caução não poderá ser superior a 2/3 (dois terços) do orçamento total previsto para a obra.

§ 2º - O Órgão Fazendário promoverá, a seguir, a organização, do respectivo rol de contribuintes, em que mencionará também, a caução que couber a cada interessado.

Artigo 211 – Não sendo prestadas, totalmente, as cauções, no prazo de que trata o § 2º, a obra solicitada não terá início, devolvendo-se as cauções depositadas no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do requerimento.

§ 1º - Os interessados, dentro do prazo previsto neste artigo, deverão manifestar-se sobre se concordam ou não com o orçamento as contribuições e a caução, apontando as dúvidas e enganos a serem sanados.

§ 2º - As cauções não vencerão juros e deverão ser prestadas dentro do prazo não superior a 60 (sessenta) dias, a contar da data do vencimento do prazo fixado no edital de que trata este artigo.

§ 3º - Não sendo prestadas, totalmente, as causas, no prazo de que trata o parágrafo 2º, a obra solicitada não terá início devolvendo-se as cauções depositadas.

§ 4º - Em sendo prestadas todas as cauções individuais e achando-se solucionadas as reclamações feitas, as obras serão

executadas, procedendo-se daí em diante na conformidade dos dispositivos relativos a execução de obras do plano ordinário.

§ 5º - Assim que a arrecadação individual das contribuições atingir quantia que, somada a das cauções à Receita respectiva, anotando-se no lançamento da contribuição liquidação total do débito.

Artigo 212 – Ainda dentro do prazo de 30 (trinta) dias, referido artigo anterior, poderá proprietário reclamar contra a importância lançada, de acordo com o processo estabelecido para as reclamações contra lançamento de tributos neste Código.

Parágrafo Único – A execução das obras e melhoramentos só terão início após o julgamento das reclamações de que trata este artigo.

Artigo 213 – A contribuição de melhoria será paga de uma só vez, quando inferior à metade da Unidade Padrão Fiscal ou quando superior a esta quantia, em prestações mensais ou bi-mensais, e juros de 12% (doze por cento) ao ano, não podendo o prazo de recolhimento parcelado ser inferior a 6 (seis) meses ou superior a 18 (dezoito) meses.

Parágrafo único – É facultado ao contribuinte antecipar o pagamento de prestações devidas, com o desconto de 20% (vinte por cento) além da dispensa dos juros de 12% (doze por cento) ao ano.

Artigo 214 – Quando a obra for entregue gradativamente ao público, a contribuição de melhoria, a juízo da administração, poderá ser cobrada proporcionalmente ao custo das parcelas concluídas.

Artigo 215 – Iniciada que seja a execução de qualquer obra ou melhoramento sujeito à contribuição de melhoria, o órgão fazendário será cientificado afim e, em certidão negativa que vier a ser fornecida, fazer constar o ônus fiscal correspondente aos imóveis respectivos.

Artigo 216 – Não sendo fixada em Lei, a parte do custo da obra ou melhoramento a ser recuperados dos beneficiados, caberá ao Prefeito fazê-lo, mediante decreto e observadas as normas estabelecidas neste título.

Parágrafo Único – O prefeito, fixará, também os prazos de arrecadação necessária à aplicação de contribuição de melhoria.

TÍTULO IX  
CAPÍTULO ÚNICO  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 217 - O débito por um mesmo contribuinte, de impostos, taxas e outros ônus, devidos por mais de um imóvel de sua propriedade, ou cadastrados em seu nome, ou os débitos de outra natureza, não impedem a expedição de certidão negativa relativamente ao imóvel ou imóveis quites com aqueles ônus, ou a atividade igualmente quite.

Artigo 218 - A Unidade Padrão Fiscal é, para os efeitos deste Código, o valor em cruzeiros, estabelecido pelo Executivo, para vigorar no exercício, como unidade de cobrança de tributos.

Parágrafo Único - O Executivo baixará anualmente, tabelas de conversão das porcentagens da Unidade Padrão Fiscal, para cruzeiros.

Artigo 219 - Quando da aplicação deste Código no exercício de 1976, resultar majoração tributária dos impostos predial e territorial Urbano superior a 30% relativamente ao exercício de 1975, o aumento do lançamento será, de no máximo, 30%.

Artigo 220 - Esta Lei entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 1976, revogadas as disposições em contrário, especialmente as Leis 612 de 14 de dezembro de 1966 e Lei 652, de 20 de outubro de 1967.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes,  
Estado do Paraná, em 08 de dezembro de 1975.

Jamil Fares Midauar  
Prefeito Municipal

Nelson dos Santos  
Chefe de Gabinete

